

A ideia republicana e a história da República em Portugal (a propósito de alguns livros recentes)

Maria Manuela Tavares Ribeiro, *Portugal e a Revolução de 1848*, Coimbra, Minerva Histórica, 1990, 572 páginas.

Amadeu Carvalho Homem, *A Ideia Republicana em Portugal. O Contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Minerva Histórica, 1989, 482 páginas.

Paulo Samuel, *A Renascença Portuguesa. Um Perfil Documental*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1990, 397 páginas.

Os primeiros historiadores republicanos nunca entenderam a história da República como uma simples história do país entre 1910 e 1926. Aliás, era essa a história que menos faziam, quer porque a censura do Estado Novo os podia incomodar se fossem além do 5 de Outubro, quer porque eles próprios não queriam correr o risco de avivar, no campo republicano da oposição a Salazar, as discordâncias que a história política da República teria por força de abordar.

Esta aparente limitação não só não os incomodava muito, como, pelo contrário, diríamos que jogava a seu favor. É que, para eles, a República, mais do que o regime que foi proclamado em 1910, era uma *ideia*, ideia que se supunha consubstanciar a tendência lógica de qualquer organismo nacional para se libertar de tutelas e realizar a sua perfeição numa autonomia soberana. A *História do Regimen Republicano em Portugal*, dirigida por Luís Montalvor, em 1930-1935, começa precisamente com o lendário estudo de Jaime Cortesão sobre a influência dos «factores democráticos» na «formação de Portugal» (vol. I, pp. 11-96). A nação tinha as suas origens na organização consciente dos cidadãos, e não nos golpes independentistas de alguns aristocratas. Os primeiros tempos da monarquia de Avis, que saíra da «revolução popular» de 1383, eram exactamente descritos como os de uma república com um rei. A expansão ultramarina começara, assim, sob a égide da democracia republicana. Quando a luxuosa nobreza da corte e a Inquisição despromoveram ou reprimiram os bravos burgueses e o povo de Lisboa, precipitou-se a decadência e a nacionalidade perdeu-se. Portugal era o seu povo, e o povo só podia existir politicamente em termos republicanos. Logo, Portugal sempre foi a República, ou só foi grande enquanto foi República.

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

A história recente da República tende a despachar este «ponto de vista republicano» como a «ideologia» de um «movimento» de que lhe tem interessado sobretudo a «natureza social». Para uma historiografia limitada por um preconceito sociologista, os republicanos eram «pequeno-burgueses» lisboetas e a ideologia republicana os devaneios banais de uma classe alienada¹. Os historiadores marxistas, tal como, já antes deles, os historiadores reaccionários tinham feito, conseguiram reduzir a República de 1910-1926 a uma espécie de cauda moribunda do «demo-liberalismo» da monarquia da Carta Constitucional, interessante apenas para quem quiser descobrir nela as raízes do Estado Novo². Com esta «história apocalíptica» concorreu apenas, na década de 70, a tentação de reduzir a história da República a uma espécie de descrição neutra da situação de Portugal entre 1910 e 1926, adoptando-se o período republicano como uma simples fronteira cronológica para monografias.

O desprezo pela «ideia republicana» prejudica fatalmente a compreensão do período republicano, principalmente naquilo que à historiografia corrente, só preocupada com o colapso do regime, menos parece interessar: o estabelecimento da República em Portugal. Acima de tudo, tem impedido a percepção de algo extremamente importante para se entender a história contemporânea de Portugal, e que é a enorme influência que o republicanismo — a «cultura republicana» — teve em Portugal, influência que transcendeu, e em muito, a do Partido Republicano Português, organizado em 1876, e a do regime de 1910. Uma ilustração de tão negligenciado fenómeno é a aceitação quase generalizadamente expressa e consciente da «ideia republicana» entre os intelectuais e políticos do fim do século XIX. Mesmo os mais ferozes inimigos do Partido Republicano, todos aqueles que eram hostis ou indiferentes à «República» enquanto ela significava apenas o regime em que o chefe de Estado era eleito, estavam dispostos a conceber a «organização republicana» como a forma mais perfeita para a integração do indivíduo no «todo nacional» e como condição para levar a cabo uma administração modernizadora com apoio popular. Foi a «ideia republicana» que João Franco, no princípio do século XIX, tentou importar para dentro da monarquia, e por isso mesmo o «franquismo», antes de se ter tornado uma caricatura

¹ Mesmo no melhor livro até hoje escrito sobre a República, Vasco Pulido Valente (*O Poder e o Povo*, 1976), rende-se demasiadas vezes à tentação de reduzir o republicanismo ao PRP, «uma coligação entre as forças da pequena burguesia urbana e alguns sectores do operariado oficial, a que presidia um punhado de 'notáveis' da 'classe média'», tudo o mais sendo «retórica».

² A historiografia marxista sobre a República é sobretudo representada na década de 70 pelos estudos de Manuel Villaverde Cabral (*Portugal na Alvorada do Século XIX*, Lisboa, Regra do Jogo, 1979) e de Fernando Medeiros (*A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, Regra do Jogo, 1978). Repare-se que já os historiadores reaccionários, como o espanhol Jesus Pabón, no seu ensaio de 1941, *A Revolução Portuguesa* (Lisboa, Editorial Aster, 1961), se tinham habituado a considerar a República um mero clímax da «desordem» demo-liberal, preparando o caminho ao autoritarismo.

de si próprio durante a ditadura de 1907, assustou tanto o Partido Republicano³.

Nisto de acordo com os «velhos republicanos» há que ver na «ideia republicana» a pedra angular do regime republicano e o ponto de vista a partir do qual a história da República pode voltar a fazer mais sentido do que o de uma simples «terra-de-ninguém» entre o constitucionalismo monárquico e o salazarismo. Alguns livros recentes podem servir para explorar essa hipótese.

A REPÚBLICA E A REVOLUÇÃO EM 1848

Maria Manuela Tavares Ribeiro procurou estudar a influência das revoluções europeias de 1848 «na formação da mentalidade dos precursores nacionais do socialismo, do republicanismo e os primórdios do movimento operário». Vítor de Sá já abordara o tema⁴, mas Tavares Ribeiro continua a explorá-lo com uma inédita pesquisa em arquivos portugueses, franceses, espanhóis e italianos e no que diz ter sido uma «leitura sistemática» da imprensa da época (p. 9). O livro começa com uma análise da «conjuntura» portuguesa de 1846-1848 (a queda de Costa Cabral, em 1846, a guerra civil e a governação de Saldanha, em 1847-1848), para enquadrar os movimentos conspiratórios republicanos de 1848 (pp. 27-142). Ocupa-se, enfim, da «ideologia» republicana (pp. 143-341), capítulo em que a leitura da bibliografia francesa e inglesa sobre o assunto ajudou a autora a coleccionar muita informação nova. É pena que a leitura do livro seja tão perturbada por um certo desleixo gramatical, que não teria sido difícil evitar.

Entretanto, bastariam os dados recolhidos por Tavares Ribeiro para deixarmos (de uma vez por todas) de falar de «republicanismo incipiente» ou empregar eufemismos como «socializantes» para designar aqueles que foram republicanos e socialistas em Portugal em meados do século XIX. Em 1848 os homens que queriam implantar a República em Portugal estavam armados e organizados em sociedades secretas, utilizavam uma linguagem e tinham ideias análogas às dos mais façanhudos republicanos europeus e até já escreviam e publicavam manuais sobre a guerra de barricadas, que nada tinha de insensato. Os nomes simbólicos que escolhiam nas sociedades secretas revelam uma ameaçadora vegetação de Washingtons, André Chéniers, Camille Desmoulins, Robespierres, Ledru Rollins e Louis Blancs. De Robespierres

³ Preparo um estudo sobre a cultura política do período de 1870-1930 em que tratarei a questão (cf., entretanto, o que digo em «O ultimatum dos intelectuais», in *Público-Magazine* de 22 de Abril de 1990, pp. 33-35). Desenvolvi essas ideias em «Os intelectuais portugueses e o regime constitucional (1848-1933)», texto da minha lição I curso de Verão sobre o «liberalismo português» organizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa de 1 a 11 de Julho de 1991.

⁴ Trata-se de *A Crise do Liberalismo e as Primeiras Manifestações das Ideias Socialistas em Portugal, 1820-1852*, tese de 1969, que foi um enorme êxito editorial (19 000 exemplares vendidos entre 1969 e 1978, segundo informação da editora Livros Horizonte na 3.ª edição).

simbólicos compunha-se, pelo menos, metade da academia de Coimbra, onde 403 estudantes, de um total de 963, assinaram o manifesto revolucionário de 9 de Abril de 1848 (p. 396). Tavares Ribeiro descobriu como os estudantes dessa geração subversiva aproveitavam os julgamentos simulados das aulas práticas do curso de Direito para representarem o papel de advogados de defesa de jornais socialistas e, assim, arejarem as suas doutrinas nas barras dos professores (p. 183).

É evidente que o republicanismo não era um movimento de massas (p. 246). Mas os republicanos tinham consciência disso melhor do que ninguém. Em 1848 a sua estratégia não passava pelo levantamento do povo. Sabiam que a população não se move por si e conceberam uma espécie de armadilha para a obrigar a agir. Enchendo Lisboa de barricadas, podiam envolver o povo, obrigando-o a participar na luta e ainda impedir os movimentos do exército. Sabiam também perfeitamente que só em Lisboa era possível a revolução (pp. 96-97) e que o êxito final dependeria, em grande medida, do aliciamento de oficiais do exército (p. 174).

Portugal, depois da guerra civil de 1846-1847, com as finanças completamente arruinadas, um exército indisciplinado, parte do mundo político na oposição à rainha, divergências e hesitações no governo e largas áreas do território controladas por guerrilhas, era um bom cenário para tentativas revolucionárias. Como o governo republicano de França condenara a intervenção das potências que, em 1847, garantira o poder ao governo de D. Maria II, esperava-se que a revolução portuguesa tivesse agora a ajuda dos líderes republicanos franceses, cujas gravuras se vendiam nas lojas de estampas de Lisboa. A Administração vivia angustiada com as notícias de festas e procissões onde se gritavam vivas à República e se cantava o hino da Maria da Fonte. Mas a República Francesa escusou-se a proselitismos que só a podiam embaraçar. Em Portugal, por outro lado, se a Carbonária se sentia continuadora do «Partido Progressista» de 1846-1847, nem todos os derrotados de 1847 queriam ser vingados pelos Robespierres de Coimbra⁵. Entretanto, como Saldanha, com a sua proverbial ingenuidade, confessou, tudo dependeu do rumo dos acontecimentos em Espanha. Quando, depois de várias tentativas de revolta, o governo conservador espanhol pareceu senhor da situação, deixou de ser provável que uma revolução rebentasse em Portugal. Foi então que em Lisboa se começou, finalmente, a prender os conspiradores (em Junho de 1948)⁶.

⁵ Tavares Ribeiro menciona a questão (p. 124), mas teria sido do maior interesse esclarecer as relações entre o republicanismo de 1848 e o «setembrismo» de 1836-1847. Recorde-se que no momento da conspiração das hidras, os irmãos Passos, dos principais chefes setembristas, a denunciaram ao governador civil de Lisboa, o cabralista marquês de Fronteira (cf. *Memórias do Marquês de Fronteira*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, parte VIII, pp. 300-301).

⁶ Tavares Ribeiro insiste em tratar os governos de Saldanha de 1846-1849 como a continuação do de Costa Cabral em 1845 (pp. 31 e 34). Só a p. 139, isto é, no fim da análise da conjuntura política, menciona o facto essencialíssimo que são as divisões no governo. A sua análise do Parlamento de 1848 é infeliz. Sugerir, pelo contexto, que António Maria Fontes Pereira de Melo, ajudante-de-ordens de Saldanha em Torres Vedras em 1846 e filho do ministro João Fontes

Por que queriam os jovens de 1848 a República? Para eles, a República, mais do que uma constituição, era o meio de construir, a partir de uma massa de indivíduos que tinham sido súbditos de reis, uma nação livre, preparada para cumprir a sua missão histórica na obra de fraternidade universal. O Partido Republicano, como dizia Mazzini, era acima de tudo um partido religioso (p. 114) e o sufrágio universal constituía o rito através do qual se encontraria no povo a vontade de Deus. Tavares Ribeiro está atenta à simbologia e às metáforas religiosas e militares através das quais a República é concebida na literatura e imprensa republicanas (p. 452). A República, redenção do povo por si próprio, propunha a nação como uma alternativa secular à sociedade cristã (pp. 230-231). A revolução deveria ser uma nova eucaristia, realizada com o sangue do povo derramado nas barricadas (p. 234). A propósito, Tavares Ribeiro ocupa-se da simbologia e das cerimónias das sociedades carbonárias e maçónicas (pp. 247-248), sociedades que haviam de estar por detrás do associativismo operário da década de 1850⁷.

Tavares Ribeiro poderia ter ido mais longe na análise do nacionalismo republicano. Teria sido interessante, por exemplo, ligá-lo à utilização da ideia de «nação» pela oposição ao governo de D. Maria II durante a guerra civil portuguesa de 1846-1847. Foi essa ideia que legitimou uma das mais arriscadas jogadas da guerra, a aliança dos setembristas com os miguelistas, a que um dos homens da junta chama curiosamente «aliança de nacionalidade» (p. 35). O «partido liberal» desaparecera perante o «partido nacional» (p. 40). No seu livro sobre as revoluções de 1848, Lewis Namier examinou a forma como o democratismo universalista depressa resvalou para o nacionalismo, sobretudo na Alemanha⁸. Em Portugal seria curioso analisar no republicanismo a dialéctica do nacionalismo e do iberismo. O drama dos republicanos portugueses era a impressão de que a revolução republicana em Portugal parecia condenada a internacionalizar-se devido ao estatuto subalterno do país no sistema de poder europeu. A República teria, por força, de ser ibérica. Foi um problema que durou até 1910.

Pereira de Melo, pertencia a uma ala «setembrista radical» do Parlamento apenas por ter votado pelas eleições directas é um equívoco a que a poderia ter poupado uma análise mais cuidada das manobras dos conservadores (pp. 150-151).

A única explicação para o descuido de Tavares Ribeiro está na sua fidelidade para com uma tradição historiográfica demasiado favorável à Patuleia. É isso que a faz ainda acreditar que o único objectivo que levou os Ingleses a navegarem para fora da sua ilha no século XIX foi a macabra intenção de impedir que neste riquíssimo canto do globo chamado Portugal se pudessem desenvolver a mais poderosa indústria da história humana. Apesar de conhecer a interpretação de Maria de Fátima Bonifácio sobre as relações entre a Inglaterra e Portugal e de ela própria avaliar correctamente a posição inglesa perante a intervenção de 1847 — nisto contrariando os simpatizantes da Maria da Fonte —, Tavares Ribeiro continua a citar, sobre o Tratado de 1842, as mirabolantes interpretações de José de Arriaga (p. 49).

⁷ Sobre os reflexos em Portugal das revoluções de 1848, faltou a Tavares Ribeiro mencionar o importante estudo de José Barreto, «Uma greve fabril em 1849» (*Análise Social*, n.ºs 67-68, 1981, pp. 479-503).

⁸ Cf. Lewis Namier, *1848: The Revolution of the Intellectuals*, Oxford University Press, 1971 (a 1.ª ed. é de 1946), p. 73.

A DOCTRINA CIENTÍFICA DA REPÚBLICA

A religião nacionalista que estava no fundo do republicanismo pode explicar como, depois de 1851, muitos o puderam reduzir a uma espécie de patriotismo e de espírito de solidariedade e evitar, assim, sentirem-se traidores ao seu ideal quando se tornaram ministros da Coroa. De facto, como explicará La Fayette e em Portugal repetira Passos Manuel, o trono podia ser «cercado de instituições republicanas», de modo que a monarquia fosse a república com um rei. Contra estas soluções contraditórias combateram os republicanos positivistas da geração de 1870. Empunhando livros de biologia e de sociologia, em vez de espingardas, e preferindo as cátedras às barricadas, os positivistas explicaram como era necessário dar à sociedade uma organização racional e científica que prevenisse a anarquia e a decadência e como a única forma científica de organização era a república. Em Lisboa o erudito professor que durante quarenta anos mais falou disto aos Portugueses foi aquele que viria a ser o presidente do governo provisório da República em 1910: Teófilo Braga.

Dos da famosa «geração de 70», Teófilo é o mal-amado e o pior estudado. A tese de licenciatura de Mário Soares, publicada em 1950, foi até há pouco tempo a última monografia dedicada a Teófilo⁹. Trinta e nove anos depois, Amadeu Carvalho Homem teve a louvável intenção de «traçar um perfil biográfico de Teófilo Braga e de explicar as coordenadas gerais do seu pensamento filosófico e político-social» (p. 1).

O «perfil biográfico», entretanto, deixa por resolver os problemas da ligação de Teófilo ao Partido Republicano. Depois de falar do «voluntário apagamento» de Teófilo a partir de 1891 (pp. 65 e 230), informa-nos que integrava, em 1896, o Grupo Republicano de Estudos Sociais, em oposição ao directório republicano de 1895 (p. 72). Ora Teófilo voltou ao directório em 1897, e quem alguma vez leu a imprensa de 1908, 1909, 1910 ou 1911 sabe que o velho Teófilo, nunca tendo sido um caudilho partidário à Elias Garcia ou Afonso Costa, cuidou sempre de que a sua imagem de guru do republicanismo não esmorecesse. Se perdeu o lugar, podemos estar certos de que não foi por ter voluntariamente aberto mão dele. Teófilo «amava o ruído», como muito cedo observou Herculano.

Carvalho Homem esforça-se por demonstrar que Teófilo era, filosoficamente, um positivista heterogéneo, porque também materialista¹⁰, e politicamente quase nada positivista, porque sobretudo «demo-liberal» na tradi-

⁹ V. a magra bibliografia sobre Teófilo comentada por Manuel Roque de Azevedo no prefácio à *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Vega, 1983, pp. 13-14 (faltam-lhe alguns títulos, como Teixeira Bastos, e os livros que Teófilo consagrou a si próprio).

¹⁰ O materialismo não contradizia o positivismo, tal como este existia na década de 1870, uma mistura de comtismo e darwinismo [v., por exemplo, o que diz Oliveira Martins, *O Helenismo e a Civilização Cristã (1877)*, Lisboa, Guimarães Editores, 1985, «Introdução», especialmente p. 26]. De facto, o que para os positivistas definia o positivismo era o projecto, e não os conteúdos idiossincráticos que lhe deu Comte (como diz Teófilo, citado a p. 99).

ção vintista e patuleia portuguesa. Ambas as afirmações são discutíveis. Não é certo que a melhor forma de caracterizar o «positivismo» de um positivista da década de 1870 consista apenas em medir os desvios em relação a Comte. Talvez tivesse sido melhor escolher como termo de comparação para Teófilo outros positivistas da sua geração em Espanha, Itália, etc.

Ao tentar concluir que «a radicalidade das concepções filosóficas de Teófilo Braga não encontra correspondência no plano das suas locubrações políticas» (p. 327), Carvalho Homem parece contradizer o que anunciara na introdução ao seu livro¹¹. É evidente que o positivismo ajudou Teófilo a conceber a República como algo mais do que a monarquia constitucional sem o rei (pp. IV e 159-161). Carvalho Homem cita a entrevista de 1923 em que Teófilo se confessava inconformado com a república burguesa e propõe o socialismo, não o socialismo classista dos marxistas, mas o socialismo para todas as classes, sob a direcção de «chefes intelectuais», os sábios positivistas (p. 308). Ora Carvalho Homem deduz disto que Teófilo «sempre identificou a realização da democracia com a simples rectificação do programa liberal, distorcido por aquilo que designava como os sofismas da Carta Liberal» (p. 328) e que a «crítica feita ao Estado monárquico-constitucional não entrava em rotura com a convencionalidade dos valores liberais» (p. v). Carvalho Homem só indirectamente, pelas citações que faz, nos pode ajudar a tratar o problema fundamental, que é o de saber em que medida a doutrina positivista projectou a República para além do liberalismo. Talvez tenha sido por não querer enfrentar o problema do antiliberalismo de Teófilo que resolveu deixar de lado o parentesco entre António Sardinha e Teófilo Braga¹².

O carácter «burguês» do republicanismo foi uma portagem que os republicanos estiveram dispostos a pagar para fazer passar a revolução. O positivismo justificava-lhes o oportunismo. Tanto Teófilo como os republicanos de 1890, Afonso Costa e companhia, eram suficientemente socialistas (pp. v, 304 e segs.) para verem a república democrática como uma via para a república social. Entretanto, muito «positivamente», sabiam que convinha mais à revolução captar a indulgência da classe conservadora, da classe média, do que espantá-la para o campo da reacção, como faziam marxistas

¹¹ Carvalho Homem garantira que o estudo fora levado a cabo «encarando-se a sua militância política como o resultado prático das concepções teóricas positivistas e materialistas a que se subordinou e a que intransigentemente se manteve fiel», jurando ainda que «não detectámos fracturas de tomo no plano da construção filosófica e no domínio do pensamento político-social» (p. III).

¹² O aproveitamento de Comte e de Proudhon pela *Action française* e o de Antero, de Oliveira Martins e de Teófilo pelo integralismo lusitano deviam ter indicado que havia mais qualquer coisa do que o tal «demo-liberalismo» em Teófilo. Carvalho Homem acaba por seguir, sobre Teófilo, uma pista dada por Sardinha, mas cita de Sardinha apenas o anátema que este lançou sobre a adesão de Teófilo ao sufrágio universal (p. 166). Ora a aceitação do sufrágio universal pelos positivistas de 1870 fora apenas a aceitação «positiva» (ou «oportunista») de um facto que estava de acordo com a «opinião pública». Emídio Garcia, achando pouco conveniente «atacar uma instituição que se nos impõe», explica como o sufrágio poderia servir para «transformar os povos em organismos».

e anarquistas. Daí que entre republicanos e socialistas a diferença fosse apenas tática, como explicava João de Meneses (p. 306-307).

O republicanismo científico convencera-os, como diz Júlio de Matos, de que «antes de fazer as revoluções armadas [era] preciso ter feito as revoluções psicológicas» (p. 229), isto é, desenvolver uma opinião republicana pela educação científica. Evidentemente que durante a fase da «propaganda» não era a toda a gente que os republicanos queriam chegar. Não só era impossível, como não valia a pena. As populações rurais, segundo os termos de Teófilo, estavam «imbecilizadas» (p. 256). Era a classe média, a «opinião burguesa», como lhe chama Joaquim de Araújo, que era preciso seduzir para criar o clima revolucionário (pp. 243-244 e 256). O famoso «conteúdo de classe» do republicanismo, que historiadores rendidos ao sociologismo julgavam comprovar calculando ingenuamente a percentagem de caixeiros que havia nas lojas maçónicas, era uma questão tática. Os republicanos não representavam nada a não ser as suas ideias: o que eles queriam era um país que os representasse a eles.

A «construção de uma nação» foi sempre um objectivo claro dos trabalhos positivistas. Teófilo sabia que «não são as ideias e os interesses que nos ligam; a base de toda a concórdia social assenta sobre os impulsos afectivos» (pp. 175 e 205). As instituições dependiam sobretudo das crenças colectivas, e eram estas que a educação republicana tinha de criar. A nação, foco dessas crenças, seria um organismo intermediário entre «o governo sociocrático» (o governo absoluto e totalitário dos sábios positivistas) e as famílias. Dezasseis pequenas nações estavam previstas para o Ocidente europeu, pátrias do tamanho de Portugal, Holanda, Bélgica, a unir na República Ocidental (pp. 152 e 214). Era uma nação destas que os positivistas republicanos se propunham fazer de Portugal, com comemorações dos grandes homens — como Camões, que foi sempre um dos «santos» do novo calendário positivista estabelecido por Comte¹³ —, exposições e congressos. A monarquia deveria, no fim, aparecer como uma espécie de infantil roupeta apertada e velha, que a nação em crescimento devia rasgar e atirar fora.

Sobre o claro antiparlamentarismo de Teófilo, v. *Soluções Positivas da Política Portuguesa* (Lisboa, 1912, vol. II, pp. 222-223), onde o «regime parlamentar» é menosprezado como uma «alta provisória» «entre o absolutismo e o radicalismo políticos» e apenas «próprio da transição inglesa». Sobre as posições de António Sardinha perante Teófilo, cf. «Teófilo Braga, mestre da contra-revolução», in *Glossário dos Tempos*, Lisboa, Edições Gama, 1942, pp. 123-214, «Teófilo Braga», in *A prol do Comum*, Lisboa, Livraria Férin, 1934, pp. 243-249, e «O velho Teófilo», in *Na Feira dos Mitos*, Lisboa, Edições Gama, 1942, pp. 41-48.

¹³ No calendário positivista elaborado por Comte para substituir o calendário eclesiástico na futura «República Ocidental», Portugal estava representado por Camões, Vasco da Gama, Fernão de Magalhães e Pombal. A Camões era consagrado o dia 16 do 8.º mês, mês que era dedicado à epopeia moderna. Vasco da Gama e Magalhães partilhavam o dia 3 do 9.º mês, o da indústria moderna. A memória de Pombal era comemorada no dia 19 do 12.º mês, mês em que a humanidade celebrava a política moderna. Note-se que são precisamente estes «grandes homens» seleccionados por Comte que os republicanos portugueses vão ter a oportunidade de comemorar em 1880 (centenário de Camões) e em 1882 (centenário de Pombal), aquando do lançamento do republicanismo. Ainda hoje as mais populares e comemoradas figuras da história de Portugal continuam a ser as da selecção positivista.

A REPÚBLICA E O QUINTO IMPÉRIO

A súbita revolução armada de 1910, aparentemente em contradição com a ideia da propaganda científica, pôde, todavia, ser também entendida como uma oportunidade. Foi assim que a receberam os jovens republicanos e anarquistas que, em 1911, formaram a Sociedade da Renascença Portuguesa. Paulo Samuel coligiu os materiais que julgou básicos para o conhecimento do movimento. Num posfácio elaborou uma síntese sobre o movimento da «Renascença» (pp. 345-397). Paulo Samuel acredita na «filosofia portuguesa», isto é, na actualidade do pensamento de Leonardo Coimbra e Teixeira Rego. Não me pareceu, todavia, que isso tivesse perturbado a sua imparcialidade, como se vê ao arquivar as polémicas de António Sérgio com Jaime Cortesão e Teixeira de Pascoaes. Os índices dos textos e ilustrações da *Águia* e da *Vida Portuguesa*, por autores e por temas, são úteis, bem como as listas dos sócios da Sociedade e os resumos das conferências da Universidade Popular.

Na Renascença colaboraram os velhos intelectuais do Partido, como Guerra Junqueiro, José Pereira de Sampaio (Bruno), Basílio Teles e o próprio Teófilo Braga, e com eles duas centenas e meia de sócios, que não podemos considerar uns quaisquer quando descobrimos entre eles Teixeira de Pascoaes (o verdadeiro «chefe» da Renascença), Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra, Teixeira Rego, António Sérgio, Raul Proença, António Correia de Oliveira e Afonso Lopes Vieira, isto é, praticamente quase todos os principais e mais influentes escritores da primeira metade do século XX em Portugal. O mais importante a notar é que, neste momento, todos eles se sentiam republicanos e entusiasmados pela proposta de «promover a maior cultura do povo português». Ora, se bem que a Renascença tivesse evitado a colagem partidária (p. 366), foi a imprensa republicana da esquerda (*A Montanha*, do Porto, *O Mundo*, de Lisboa, o jornal de Afonso Costa) que mais apoiou a iniciativa, pois, como dizia *A Montanha*, «corre certamente a ocasião propícia às grandes tentativas de levantamento da raça» (p. 364). A Renascença fez uma propaganda teimosa a favor da intervenção na Grande Guerra, chegando vários dos seus membros a alistar-se como voluntários. Não acrescentaram nada à modesta glória militar da Pátria, mas deram a maior contribuição para a literatura de guerra. A República nunca os esqueceu. Leonardo Coimbra, um absoluto desconhecido em 1912, viu-se em breve promovido a «filósofo oficial da República». Militante do PRP de Afonso Costa, antes de aderir à esquerda democrática, foi deputado e duas vezes ministro da Educação. Note-se que na sua síntese Paulo Samuel não dá o devido peso às conexões partidárias da Renascença¹⁴.

¹⁴ Sobre o envolvimento político de Leonardo Coimbra, v. António Sardinha, «O filósofo Leonardo», in *Purgatório das Ideias. Ensaios de Crítica*, Lisboa, Livraria Féria, 1929, pp. 193-203, e a monografia de Pinharanda Gomes, *Leonardo Coimbra na Póvoa de Varzim (1912-1914)*, Póvoa de Varzim, separata do boletim cultural *Póvoa de Varzim*, 1990.

Quais eram os objectivos destes republicanos? Para eles, a república era um «princípio teológico e político» (p. 368). Segundo Teixeira de Pascoaes, a Renascença trataria da «criação, na alma do Povo, dum ideal religioso, que lhe provoque os sentimentos de heroísmo e sacrifício, sem os quais nenhuma nação poderá sobreviver» (p. 385). A ideia era substituir o evolucionismo cientista, que tinha sido até então a ideologia do republicanismo, por um novo messianismo. Leonardo Coimbra entendeu até a Lei da Separação entre o Estado e a Igreja como uma possibilidade dada à «alma portuguesa» para, na «competência livre das religiões entre si e com a religiosidade», descobrir a «forma do seu sonho»¹⁵. Pascoaes e Coimbra antecipavam essa «forma» como uma nova religião que encontraria nos poetas os seus sacerdotes. É no meio desta histeria intelectual que Pessoa anuncia o advento do «Super-Camões». O positivista Teófilo, no fundo, não tinha querido outra coisa, embora aos sobreviventes do velho positivismo, como o psiquiatra Júlio de Matos, tivesse desgostado o carácter doentio da «saudade»¹⁶.

Para erguer aquilo que Cortesão chamou a «catedral da raça» (p. 367), a Sociedade da Renascença desmultiplicou-se numa espécie de ministério da educação paralelo, criando universidades populares (no Porto, Coimbra, Póvoa de Varzim, Vila Real e Lisboa) e estabelecendo um plano ambicioso de edições próprias, onde, pela primeira vez, os clássicos portugueses foram publicados com prefácios e notas explicativas. O método, que depois seria continuado pelas edições de textos literários da *Seara Nova*, correspondia em grande medida, à velha intenção de Teófilo Braga de utilizar os escritores antigos que tinham escrito em português para fazer deles uma literatura que fosse sentida como património nacional e servisse para incutir na juventude a ideia da continuidade da Pátria, expressa pela evolução de uma literatura que tinha ido revelando a alma portuguesa aos Portugueses.

Entretanto, a «dissolução das vontades» começara desde o início da própria Renascença. Paulo Samuel nota como os dois grupos que a constituíram — o do Porto, à volta de Pascoaes, e o de Lisboa, com Proença e Sérgio — nunca se entenderam entre si. Para Pascoaes e o grupo do Porto, a tentativa de aumentar a cultura dos Portugueses devia passar pela recuperação do «espírito lusitano» contra «as influências contrárias ao nosso carácter étnico». O *saudosismo*, o culto da alma da Pátria, era uma forma de ser e de conhecer (p. 373). Proença e Sérgio nunca aceitaram o *saudosismo*. Para eles, o problema era apenas o de adaptar correctamente em Portugal o «pen-

¹⁵ Cf. Leonardo Coimbra, «Um aspecto da Lei da Separação», in *A Montanha* de 29 de Abril de 1911 (agora em Leonardo Coimbra, *Dispersos*, vol. 1, Lisboa, Editorial Verbo, 1984, pp. 27-28).

¹⁶ V. o depoimento de Júlio de Matos no famoso *Inquérito Literário*, de Boavida Portugal (Lisboa, 1915, pp. 13 e segs.), e a polémica que se lhe seguiu. É aí que Fernando Pessoa estabelece que a grandeza de uma literatura se mede pela sua «nacionalidade» (*ibid.*, p. 141).

samento moderno» da Europa (p. 365), e não o de fomentar o que lhes parecia originalidades bizarras¹⁷.

É importante notar que a Renascença desceu pela mesma escada por onde caiu a República. Em 1914-1915 romperam com ela os futuros «seareiros» (António Sérgio) e os já quase modernistas (Fernando Pessoa). Em 1917 o próprio Pascoaes abandonava a Renascença. A Sociedade vegetou na década de 20 e recebeu o golpe de misericórdia quando a ditadura militar, em 1928, encerrou a Faculdade de Letras do Porto, o grande bastião institucional da Renascença (p. 388).

O caso da Renascença Portuguesa serve para indicar mais uma vez que havia na República, na ideia republicana, algo mais do que a retórica de um partido, algo que a fez ser, na época contemporânea, um dos principais quadros de referência para a construção do Estado-Nação. A dominância da «república» como forma de conceber a comunidade nacional era tão forte no princípio do século XX que o próprio António Sardinha aceitou, quando provocado a isso, a tese de que o «integralismo representa nem mais nem menos do que a doutrina duma República com um Rei a dirigi-la»¹⁸. A lendária decepção com a República «parlamentar» de 1910-1926 nunca se poderá compreender se não se tiver percebido antes a imensa expectativa que a *ideia republicana* pôde gerar. Seria do maior interesse que começássemos a tentar perceber o quanto a forma como nos relacionamos, mal ou bem, com aquilo a que chamamos o «nosso país» se deve aos revolucionários de 1848, aos positivistas de 1870 e aos «renascentistas» de 1912 — todos republicanos, e não por acaso.

¹⁷ V., a este respeito, os depoimentos de Raul Proença e de Teixeira de Pascoaes no *Inquérito Literário* cit., pp. 123-125 e 178-179.

¹⁸ Cf. A. Sardinha, «Monarquia e República (esboço de uma teoria)», in *Ao Princípio Era o Verbo*, Lisboa, Editorial Gama, 1940, p. 125.